



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

PARECER: 199/2018–GP1P

ASSUNTO: AUDITORIA DE REGULARIDADE (CONVERTIDA EM TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 9.022/2006

EMENTA: 1. AUDITORIA DE REGULARIDADE. PLANO GERAL DE AÇÃO 2006. EXECUÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO Nº 1/2005, CELEBRADO ENTRE A ENTÃO SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO DE PARQUES E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL – COMPARQUES E O INSTITUTO CANDANGO DE SOLIDARIEDADE – ICS. DECISÃO Nº 6.566/2007. **CONVERSÃO DOS AUTOS EM TCE.** CITAÇÕES E AUDIÊNCIAS. DECISÃO Nº 5.675/2010. SOBRESTAMENTO DO EXAME DE PARTE DAS DEFESAS, IMPROCEDÊNCIA DAS DEMAIS JUSTIFICATIVAS E APLICAÇÃO DE MULTA. RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO. DECISÃO Nº 3.012/2012. PROVIMENTO DOS APELOS. PERDA DO OBJETO COM RELAÇÃO AOS ITENS B.1 E B.2 DA DECISÃO Nº 6.566/2007. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO Nº 28.011/2006 COM OBJETO IDÊNTICO AO PRESENTE FEITO E EM FASE MAIS ADIANTADA. VALORES REMANESCENTES DO CONTRATO DE GESTÃO Nº 1/2005, PAGOS EM 2006, NÃO INSERIDOS NO PROCESSO Nº 28.011/2006. NECESSIDADE DE OITIVA DOS RESPONSÁVEIS IDENTIFICADOS NO PROCESSO Nº 28.011/2006. DECISÃO Nº 2.928/2013. PERDA DE OBJETO COM RELAÇÃO AOS ITENS B.1 E B.2 DA DECISÃO Nº 6.566/2007. **CITAÇÃO DOS GESTORES DO ICS.** OMISSÃO NO DEVER DE PRESTAR CONTAS DOS RECURSOS TRANSFERIDOS PARA A EXECUÇÃO DO AJUSTE EM 2006, POR MEIO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA. POSSIBILIDADE DE **JULGAMENTO IRREGULAR DAS CONTAS.** COMPARECIMENTO DE UM RESPONSÁVEL E AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DOS DEMAIS. EXAME. MINUTA DE INFORMAÇÃO Nº 26/2015-SECONT/3ª DICONT. INCONCLUSIVA.

3.. INFORMAÇÃO Nº 188/2017 – SECONT/3ª DICONT. CORPO TÉCNICO SUGERE O **TRANCAMENTO** DAS CONTAS. PRECEDENTES. DECISÕES Nºs 2.537/2017, 2.830/2017, 2.831/2017, 4.579/2017, 4.593/2017 E 4.594/2017.

3. PARECER **DIVERGENTE DO MPC/DF.** AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS AO TRANCAMENTO DAS CONTAS. POSSIBILIDADE MATERIAL DE JULGAMENTO DAS CONTAS. PRESENÇA DE **EXAUSTIVO SUPORTE DOCUMENTAL.** DESCUMPRIMENTO DO DEVER DE PRESTAR CONTAS. ARTS. 70, PARÁGRAFO ÚNICO, E 71, II, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. **POSSIBILIDADE DE RESPONSABILIZAÇÃO SOLIDÁRIA DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DEMAIS GESTORES DO ICS.** ATOS



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

SUBMETIDOS À DELIBERAÇÃO COLEGIADA IMPROCEDÊNCIA DA DEFESA APRESENTADA POR UM DOS RESPONSÁVEIS. REVELIA DOS DEMAIS. JULGAMENTO IRREGULAR DAS CONTAS. CIENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PARA RECOLHIMENTO DO DÉBITO.

1. Cuida-se de Auditoria de Regularidade constante do Plano Geral de Ação de 2006, convertida em TCE por força da r. Decisão nº 6.566/2007, com o objetivo de examinar a execução do Contrato de Gestão nº 1/2005, celebrado entre a então Secretaria de Estado de Administração de Parques e Unidades de Conservação do Distrito Federal – COMPARQUES e o extinto Instituto Candango de Solidariedade – ICS.
2. Oportuno lembrar que, tendo em vista a identidade do objeto apurado no presente feito com aquele tratado no processo nº 28.011/2006, que abriga a Prestação de Contas Anual dos recursos repassados ao ICS no bojo do contrato de gestão em comento, o prosseguimento do presente feito ficou adstrito ao reconhecimento de dívida, no valor histórico de R\$ 307.810,12 (fl. 1.306), paga em 2006 pela então COMPARQUES, relativa a serviços decorrentes do ajuste, cujo montante não integrou o débito imputado aos responsáveis naqueles autos.
3. Nesse diapasão, mediante a r. Decisão nº 2.928/2013, fls. 1.354/1.355, o c. **Tribunal**, assim deliberou:

“O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. considerar improcedentes as defesas apresentadas, conjuntamente, pelos Srs. Ênio Dutra Fernandes da Silva, Maria Bastos Martins e Emi Baldini Ribeiro (fls. 845/857 e anexos fls. 858/998), com relação ao inciso III da Decisão nº 3.012/2012, que reiterou o item ‘b.2’ da Decisão nº 6.566/2007, reiterado pelo inciso IV, alínea ‘c’, da Decisão nº 5.675/2010, sem imputação do débito, uma vez que a matéria está sendo tratada no Processo nº 28.011/2006, abordando os mesmos fatos e valores aqui apurados, conforme destacado nos §§ 25/31 da Instrução; II. levantar o sobrestamento determinado pelo inciso IV, alínea ‘b’, da Decisão nº 5.675/2010, em razão da impossibilidade de citação do atual representante do ICS que foi extinto; III. considerar que o item ‘b.1’ da Decisão nº 6.566/2007 perdeu o objeto, por conta da matéria já estar sendo tratada nos autos do Processo nº 28.011/2006, englobando os fatos e valores aqui apurados, conforme destacado nos §§ 25/31 da instrução IV. determinar, com fulcro no art. 13, inciso II, da Lei Complementar nº 1/94, tendo em conta a omissão no dever de prestar contas dos recursos transferidos para a execução do Contrato de Gestão nº 001/2005 COMPARQUES x ICS (exercício 2005), a citação do então Presidente, Diretores e membros do Conselho de Administração do Instituto Candango de Solidariedade, nominados no § 45 da instrução, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem razões de defesa, em face das irregularidades apontadas nos autos, tendo em vista a possibilidade de serem julgadas irregulares as contas do ajuste em referência, bem ainda ser imputada aos responsáveis a obrigação de ressarcir aos cofres públicos o valor repassado ao ICS para a execução do referido ajuste, no exercício de 2006 (reconhecimento de dívida de 2005), no montante de R\$



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

440.983,65 (quatrocentos e quarenta mil, novecentos e oitenta e três reais e sessenta e cinco centavos), atualizado até 25.2.2013 pelo sistema SINDEC/TCDF (fl. 1305);”

4. A propósito, impede trazer à baila o rol de responsáveis apresentado pela Unidade Técnica à fl. 1.306:

MATRIZ DE RESPONSABILIZAÇÃO

Processo nº 9.022/2006			
FATO	Irregularidade e ausência de prestação de contas de 2005 relativas ao Contrato de Gestão nº 1/2005 entre o ICS e a COMPARQUES		
RESPONSÁVEL (IS)	DÉBITO (R\$)	CONDUTA e NEXO DE CAUSALIDADE	BASE LEGAL
Adilson Waldemar Raposo Junior CPF nº 901.200.006-87	R\$ 307.810,12	Irregularidades e ausência de prestação de contas de 2005 relativas ao Contrato de Gestão nº 1/2005 pelo Presidente, Diretores e membros do Conselho de Administração do Instituto Candango de Solidariedade – ICS.	Resolução nº 164/2004 do TCDF, Lei nº 8.666/1993, art. 17 da LC nº 1/1994
Benjamim Segismundo de Jesus Roriz CPF nº 005.758.287-49			
Dirlene Fiel dos Santos de Souza CPF nº 333.850.251-68			
Edimar Pireneus Cardoso CPF nº 085.141.511-34			
Emílio Carlos Vitali CPF Nº 119.531.011-00			
João Ignácio Périus CPF nº 311.343.350-91			
José Vital de Araújo Fagundes CPF nº 084.931.701-00			
Lázaro Severo Rocha CPF nº 071.508.061-04			
Manoel Pereira Lucena CPF nº 213.720.981-00			

5. Os responsáveis foram citados para apresentação de defesa por meio dos documentos constantes às fls. 1.363/1.371. Com efeito, em atenção ao chamamento do e. **TCDF**, apenas o Sr. **João Ignácio Perius** apresentou manifestação nos autos, juntada às fls. 1.372/1.389 e 1.442/1.446. Lado outro, quedaram-se silentes os Srs. **Adilson Waldemar Raposo Junior, Benjamim Segismundo de Jesus Roriz, Dirlene Fiel dos Santos de Souza, Edimar Pireneus Cardoso, Emílio Carlos Vitali, José Vital de Araújo Fagundes, Lázaro Severo Rocha e Manoel Pereira Lucena**.

6. Com efeito, a defesa apresentada pelo Sr. João Ignácio Perius, assim como os possíveis efeitos da revelia decorrentes do silêncio dos demais responsáveis, foram objeto de exame pelo Corpo Técnico do e. **Tribunal**, por meio da denominada “**minuta**” de Informação nº 26/2015 – SECONT/3ª DICONTE, juntada às fls. 1.479/1.490 dos presentes autos, a qual “**não fora concluída, haja vista o desenrolar dos debates em curso nesta Casa acerca do tema aqui posto.**” (Fl. 1.493).

7. Nesse diapasão, a Unidade Técnica juntou aos autos nova instrução, desta feita a Informação nº 188/2017 – SECONT/3ª DICONTE (fls. 1.492/1.500), mediante a qual sugeriu a aplicação do entendimento firmado pelo e. **TCDF** nos Processos nº 949/2004, 20.814/2005, 8.323/2007, 8.536/2007, 23.472/2007 e 19.739/2008 aos fatos analisados no presente feito.

8. Dessarte, tal qual deliberado nas rr. Decisões nºs 2.537/2017, 4.579/2017, 2.830/2017, 2.831/2017, 4.593/2017, e 4.594/2017, propôs o **trancamento** da TCE em exame,



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

em razão da suposta **iliquidação** das contas. Na esteira dos precedentes trazidos a lume, o **Corpo Técnico deixou de apreciar o mérito da defesa apresentada em atenção à r. Decisão nº 2.928/2013.**

9. A propósito, segue o obtemperado pelo Corpo Técnico:

“III – DAS CONCLUSÕES

13. *Conforme descrito ao longo desta informação, forçoso é reconhecer que o caso versado nos presentes autos se amolda, in totum, ao quanto decidiu o eg. Plenário nos Processos nºs 949/2004, 20.814/2005, 8.323/2007, 23.472/2007, 8.536/2007 e 19.739/2008, Decisões nºs 2.537/2017, 4.579/2017, 2.830/2017, 4.293/2017, 2.831/2017 e 4.594/2017, respectivamente.*

14. *Nesse diapasão, deve ser aqui aplicado o entendimento firmado pelo Colendo Plenário, no sentido de ‘considerar, com fulcro nos arts. 21 e 22 da Lei Complementar nº 01/94, iliquidáveis as contas em apreço, ante a impossibilidade de comprovar ou mesmo quantificar em sede de tomada de contas especial o prejuízo decorrente do Contrato de Gestão firmado entre a (...) e o extinto Instituto Candango de Solidariedade- ICS, determinando seu trancamento e consequente arquivamento’.*

15. *Por fim, registra-se que o Senhor Enio Dutra Fernandes da Silva formulou, à fl. 1.491, pedido de sustentação oral, pleito que se considera prejudicado em face do encaminhamento ora proposto.” (Fls. 1.493/1.500) (Grifos no original).*

10. Concluída a análise, sugeriu ao c. **Tribunal**:

“I) tomar conhecimento da defesa apresentada, em atenção à Decisão nº 2.928/2013, de folhas 1.372/1.389 e 1.442/1.446;

*II) considerar, com fulcro nos arts. 21 e 22 da Lei Complementar nº 1/94 e conforme precedentes desta Corte (Decisões nºs 2.537/2017, 2.830/2017, 2.831/2017, 4.579/2017, 4.593/2017 e 4.594/2017), **iliquidáveis as contas em apreço**, determinando seu trancamento e consequente arquivamento;*

III) autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Contas para as providências de sua alçada.” (Fl. 1.500). (Grifos acrescidos).

11. Encaminhados os autos ao **Ministério Público de Contas** por meio do Despacho Singular nº 27/2018 – GCPM (fls. 1.502), passo opinar.

12. Preliminarmente, oportuno registrar que o **Parquet** especializado manifestou-se nos autos e, por meio do Parecer nº 317/2013 – DA (fls. 1.327/1.337), de um lado, divergindo da Unidade Técnica, entendeu que, dada a especificidade e o maior nível de detalhamento do trabalho de auditoria levada a efeito no Contrato de Gestão nº 1/2005 no presente processo, o exame das defesas trazidas em atendimento a r. Decisão nº 6.566/2007 deveria ser procedido nestes autos, ao fundamento de que eventual imputação de débitos apurada e a ocorrência ou não de **bis in idem** poderia ser sopesada pelo c. **Tribunal**, oportunamente, inclusive, com o exame da possibilidade de redução dos valores imputados no Processo nº 28.011/2006.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

13. De outra banda, ainda naquela oportunidade, em harmonia com o Corpo Instrutivo, entendeu correta a citação proposta para que os ex dirigentes do ICS apresentassem as alegações de defesa atinentes ao reconhecimento de dívida relativa ao ajuste, cujo pagamento se efetuou em 2006.

14. Nada obstante, na forma destacada nos parágrafos 2º e 3º deste Parecer, o c. **Tribunal** entendeu que o prosseguimento dos autos deveria se dar somente em relação aos valores repassados por meio de reconhecimento de dívida e, nos termos do r. **Decisum** nº 2.928/2013, tendo em conta a omissão no dever de prestar contas dos recursos transferidos, determinou a citação do então Presidente, Diretores e membros do Conselho de Administração do ICS para apresentação de razões de defesa, em face das irregularidades apontadas nos autos, alertando para a possibilidade de terem julgadas irregulares as contas do ajuste em referência, bem como ser imputada aos responsáveis a obrigação de ressarcir aos cofres públicos o valor repassado ao Instituto para a execução do referido ajuste, no exercício de 2006 (reconhecimento de dívida de 2005), no montante de R\$ 440.983,65.

15. Nesse diapasão, não é demais relembrar que, ao abrigo dos arts. 70 da CF/1988 e 77, parágrafo único da LODF, todo aquele que recebe recursos públicos deve prestar contas de sua utilização, sob pena de, não o fazendo, ensejar **locupletamento ilícito** daquele que os percebeu. A prestação de contas, portanto, não consiste em mera exigência formal, mas, sim, elemento material essencial sem o qual o Poder Público não consegue aferir se o recurso repassado foi despendido adequadamente, em montante real e visando ao alcance do interesse e finalidade públicos.

16. Posto isso, destaca-se que a questão central a ser examinada pela e. **Corte de Contas** é a adoção, nestes autos, dos precedentes oriundos das deliberações emitidas nos **Processos nºs 949/2004, 8.323/2007 e 8.536/2007**, que também trataram de Contratos de Gestão celebrados pelo Governo do Distrito Federal com o extinto ICS, oportunidade em que o c. **Tribunal** pugnou no sentido da **impossibilidade de comprovação ou mesmo quantificação do prejuízo imputado aos cofres distritais decorrentes desses ajustes**, por considerar que **a insuficiência de documentos apresentados a título de prestação de contas não permitiriam sequer identificar o valor exato dos recursos ali aplicados**.

17. Esse entendimento, conduziu o e. **Plenário** a concluir que as contas deveriam ser consideradas **ilíquidáveis**, com fundamento nos arts. 21 e 22 da Lei Complementar nº 1/1994, determinando-se, por consequência, o seu **trancamento** e o **arquivamento** dos processos, a teor das rr. Decisões nºs 2.537/2017, 4.579/2017, 2.830/2017, 4.593/2017, 2.831/2017 e 4.594/2017. Tal posicionamento, relembro, passou a ser adotado como paradigma no exame dos diversos Contratos de Gestão em tramitação na c. **Corte de Contas**.

18. Nada obstante, acerca do encaminhamento adequado para os feitos que albergam ajustes entre o GDF e o ICS, vale dizer que, mais recentemente, o e. **Plenário**, na Sessão Ordinária nº 5.007, de 14/12/2017, entendeu de bom alvitre adiar a discussão atinente aos Processos nºs 993/2003, 482/2004, 7.636/2005, 7.483/2007, 7.904/2007, 8.285/2007,



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

8.307/2007, 4.700/2007, 23.480/2007, 34.926/2011, 37.385/2005, 27.503/2006, 27.562/2006, 7.491/2007, 7.890/2007, 8.609/2007, 18.959/2007 e 23.464/2007.

19. Na aludida assentada, o e. **TCDF** asseverou ser indispensável avaliação pormenorizada da compatibilidade de precedentes da c. **Corte de Contas** com a situação verificada na espécie. Mister, portanto, perquirir em que medida a situação fática apresentada no feito em exame se amolda aos precedentes trazidos à baila na Informação nº 188/2017 – SECONT/3ª DICONTE, fls. 1.492/1.500. Nesse particular, o **MPC/DF diverge** do deslinde proposto pelo Corpo Técnico, como será visto na sequência deste Opinativo.

20. Com efeito, a insurgência do **Parquet** de Contas decorre especialmente em razão da existência de deliberação do e. **TCDF** reconhecendo as irregularidades graves na avença avaliada no feito em exame.

21. Nesse sentido, a tese trazida à baila pelo Corpo Instrutivo, fundamentada na hipotética impossibilidade de comprovar ou mesmo quantificar o dano causado em sede de TCE, não é aplicável aos fatos avaliados no presente processo. **In casu**, a pressuposição invocada pelo Corpo Instrutivo **não se amolda** ao contexto fático atinente à mensuração do prejuízo apurado.

22. Ora, no presente caso, forçoso sublinhar que a **possibilidade de julgamento irregular das contas e de aplicação de sanção aos responsáveis identificadas** no presente procedimento de apuração especial prescinde da mensuração do prejuízo ou mesmo da sua existência, ante o flagrante **descumprimento do dever de prestar contas** dos recursos transferidos para a execução do ajuste.

23. **In casu**, conforme é possível depreender da r. Decisão nº 6.440/2011, proferida nos autos do processo nº 28.011/2006, o e. **TCDF**, após exame das razões de justificativas apresentadas, reconheceu a presença de irregularidades no ajuste, o que determinou a citação dos responsáveis para o recolhimento do débito solidário, atinente ao Contrato de Gestão nº 1/2005, no exercício de 2005, devido à **omissão do dever de prestar contas**.

24. Ainda, conforme anotado no Parecer nº 1.111/2009 – IMF exarado naqueles autos, o Controle Interno manifestou-se pela irregularidade das contas, nos termos do Relatório de Auditoria nº 53/2007 GERES/DAS, fls. 262/265 do Processo nº 017.000.907/2006, em virtude das seguintes ocorrências:

- **ausência de apresentação pelo ICS da prestação de contas** relativa ao Contrato de Gestão nº 01/05, referente ao exercício de 2005, em desacordo com o estabelecido na Resolução -TCDF nº 164/2004 em seus arts. 1º, incs. I e IV, 2º, inc. II, alíneas 'a', 'b' e 'c';
- **ausência do ato de nomeação da Comissão de Avaliação** instituída para **fiscalizar a execução contratual e avaliar os resultados** alcançados conforme art. 8º, § 2º, da Lei nº 25415/99;



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

- **ausência de controles** entre o quantitativo de pessoal descrito nas faturas apresentadas pelo ICS e a relação nominal correspondente;
- **ausência de documentação elaborada pelo executor do contrato contemplando informações atinentes ao relatório de acompanhamento de atividades executadas** e remessa de informações à Administração acerca da correção de eventuais impropriedades;
- ausência de informações acerca de eventuais diligências desta Corte de Contas encaminhada à COMPARQUES para fins de cumprimento, nos termos do art. 9º da Lei nº 2523/2000;
- **ausência de controles mensais de veículos locados, mão-de-obra empregada** e sua correlação com as reais necessidades da COMPARQUES e atestos dos agentes setoriais de transportes e de pessoal da Jurisdicionada;
- **ausência de informações acerca da locação de imóveis;**
- ausência de retenção e recolhimento do imposto sobre serviços – ISS;
- ausência de previsão de quantitativos de veículos locados pela COMPARQUES junto ao ICS em 2005 e **ausência de orçamento detalhado em planilhas que expressassem os custos unitários do ICS, com aqueles praticados no mercado**, quando da apresentação da fatura mensal à contratante;
- prova de recolhimentos dos encargos trabalhistas e previdenciários relativo à mão-de-obra intermediada pelo ICS, nos termos de obrigação contratual e Acórdão nº 331 do TST;
- inexistência de informações acerca da existência de débitos perante a Fazenda Pública do Distrito Federal em nome dos gestores do Contrato nº 001/2005, no exercício de 2005.

25. Igualmente, nestes autos, por meio da Informação nº 41/2007 – 3ª ICE/Divisão de Contas (fls. 735/753), o Corpo Técnico apontou que, no bojo da execução do Contrato de Gestão nº 1/2005, houve **realização de despesas** com mão de obra **sem o efetivo controle dos serviços executados**, além de **gastos com locação de veículos por valores acima dos preços praticados no mercado**.

26. Dessarte, como não restou demonstrada a fiel aplicação dos recursos pelo contratado, tais irregularidades alcançam a importância de R\$ 307.810,12 repassada ao ICS, por meio de reconhecimento de dívida feito em 2006, fato que, inclusive, motivou a r. Decisão nº 2.928/2013, fls. 1.354/1.355, que determinou a citação dos responsáveis para apresentação de defesa, tem em vista a possibilidade de julgamento irregular das contas, bem como ser-lhes imputada a obrigação de ressarcir aos cofres públicos o valor repassado ao ICS, atualizado, cujo montante, repita-se, não integrou o débito imputado aos responsáveis nos autos do processo nº 28.011/2006.

27. Nesse diapasão, no tocante às alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Sr. João Ignácio Perius, juntada às fls. 1.372/1.389 e 1.442/1.446 do presente feito, passo a expor o seguinte.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

28. Nos termos do Estatuto do extinto ICS, era competência dos membros do Conselho de Administração, órgão colegiado de decisão superior, atuando em conjunto com a sua direção, aprovar e fiscalizar os atos de gestão praticados pelos dirigentes do Instituto, deliberando sobre acordos, contratos e convênios firmados pela entidade, além de examinar e aprovar as prestações de contas de serviços contratados junto ao Instituto.

29. Ainda que não fossem responsáveis diretos pela prática de atos de gestão ou ordenamento de despesas, é certo que os membros do Conselho de Administração respondiam pelo acompanhamento e fiscalização dos atos praticados pela direção do Instituto, conforme se verifica no art. 22 do Estatuto do extinto ICS, que trata das competências do referido Conselho.

30. Dentre as atribuições conferidas ao Conselho de Administração do ICS, registre-se que seus integrantes eram responsáveis por “(...) *avaliar os atos praticados pelos gestores do ICS, avaliando a eficiência e os resultados das decisões adotadas pela direção e verificando a regularidade das atividades desempenhadas pelos dirigentes máximos da entidade, posto que, em última análise, eram responsáveis pela aprovação e encaminhamento à Entidade Supervisora dos relatórios gerenciais dos contratos de gestão e de atividades do ICS*” (letra **g** do art. 22), bem assim “(...) *fiscalizar o cumprimento das diretrizes e metas definidas e aprovar os demonstrativos financeiros e contábeis e as contas anuais do ICS*” (letra **h** do art. 22).

31. Nada obstante, de acordo com a Lei n.º 2.415/1999, que trata da qualificação das Organizações Sociais no Distrito Federal e regula a atuação dessas entidades, os membros dos Conselhos de Administração, na condição de supervisores dos atos de gestão do extinto ICS, estavam obrigados a prestar contas da regular aplicação dos recursos públicos repassados ao Instituto, sendo responsáveis, dentre outras atribuições, por “(...) *aprovar e encaminhar, ao órgão superior da execução do contrato de gestão, os relatórios gerenciais e de atividades da entidade, elaborados pela diretoria* (inciso IX do art. 4º); e *fiscalizar o cumprimento das diretrizes e metas definidas e aprovar os demonstrativos financeiros e contábeis e as contas anuais da entidade, com auxílio de auditoria externa* (inciso X do art. 4º).

32. E mais, competia, ainda, aos membros do Conselho de Administração, fiscalizar e analisar os resultados da execução de contrato de gestão celebrado pela entidade, consoante art. 8º da Lei n.º 2.415/1999, e, ao tomarem conhecimento de irregularidades ou ilegalidades na utilização de recursos ou bens oriundos do Poder Público, comunicar o c. **TCDF**, sob pena de responsabilidade solidária, nos termos do art. 9º da citada Lei Distrital.

33. Diante disso, também incabível acatar o pedido formulado pelo defendente, pleiteando o seu afastamento do rol de responsáveis, uma vez que a responsabilidade dos membros do Conselho de Administração do ICS não pode ser resumida à participação na sessão que examinou os atos de gestão, a aplicação ou a destinação dos recursos referentes aos contratos de gestão.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

34. A propósito, o **MPC/DF não coaduna** com a alegação de **ilegitimidade passiva** dos membros do Conselho de Administração do ICS.

35. Cabe ressaltar que, segundo a conhecida jurisprudência emanada do e. TCU, os membros de órgão colegiado **não podem ser responsabilizados por atos isolados de gestão, para os quais não foram consultados acerca da legalidade e legitimidade.**

36. **Contrario sensu**, atos **apreciados e submetidos à deliberação registrada em ata podem sopesar no julgamento das contas dos integrantes do órgão deliberativo.** Sendo assim, para responsabilização administrativa, faz-se mister perquirir a atuação dos membros nos atos inquinados. A propósito, o **MPC/DF** destaca o entendimento consignado no v. Acórdão n.º 332/2003, **Segunda Câmara**, Rel. Min. **Adylson Motta**, DOU de 25/3/2003.

37. Desse modo, apenas o registro formal de **posição individual divergente devidamente consignada em ata poderia elidir a responsabilidade dos agentes pelas irregularidades identificadas.** Nessa toada, somente a avaliação pormenorizada dos documentos presentes da TCE em exame poderia indicar fato impeditivo de responsabilidade dos agentes. É dizer, a aplicação dos precedentes contidos nas rr. Decisões n.ºs 4.959/2014 e 4.898/2014 **exige** a avaliação pormenorizada do contexto fático que exsurge no feito em exame.

38. Não é despciendo registrar que o art. 373, incisos I e II, do Código de Processo Civil – aplicável subsidiariamente ao processo administrativo brasileiro –, impõe o ônus da prova ao autor, quanto a fato constitutivo de seu direito, e **ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.** Entende-se, portanto, que **o respeito ao princípio da verdade material deve ser equilibrado com relação ao ônus da parte de comprovar tais fatos por ela alegados.**

39. Ademais, o art. 93 do Decreto-lei n.º 200/1967 assim apregoa:

“Art. 93. Quem quer que utilize dinheiros públicos terá de justificar seu bom e regular emprego na conformidade das leis, regulamentos e normas emanadas das autoridades administrativas competentes.”

40. Pensar de maneira diversa equivaleria a trazer o ônus da prova **exclusivamente** ao Tribunal de Contas, afrontando não apenas o contido nos dispositivos legais supracitados, mas sobretudo o dever de prestar contas estatuído no art. 70 da Lei Maior.

41. Dessarte, **cabe ao gestor, em cumprimento ao seu ônus relativo ao direito em questão, comprovar que agiu ao abrigo da legislação.** Nessa toada, este **Parquet** especializado, volvendo ao exame dos argumentos apresentados, destaca que o defendente não conseguiu comprovar a regular aplicação de recursos públicos da entidade a qual fazia parte como membro do Conselho de Administração, cuja omissão no dever de prestar contas contribuiu para que recursos públicos fossem geridos com afronta ao ordenamento jurídico vigente e em prejuízo ao Erário.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

42. Com efeito, aos olhos deste Representante Ministerial, são **improcedentes** as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. João Ignácio Périus.

43. Nesse viés, no tocante ao deslinde do feito em relação aos responsáveis convocados em audiência em razão da r. Decisão nº 2.928/2013, não há laivo de dúvida quanto à **inadequação** dos precedentes invocados pelo Corpo Técnico. Nesse particular, conforme sobejamente avaliado pelo e. **TCDF**, o dano aos cofres públicos e a existência de irregularidades no Contrato de Gestão nº 1/2005 firmado pela então COMPARQUES e o ICS constituem fatos incontroversos.

44. Acolher a tese da impossibilidade de responsabilização pela ausência de documentos, que era de obrigação do ente beneficiário, significa dar a ele o benefício de se locupletar da própria torpeza.

45. Nesse sentido, reitero entendimento no sentido de considerar inaceitável aplicar ao presente feito o trancamento e arquivamento deliberado nas rr. Decisões nºs 2.537/2017, 2.830/2017, 2.831/2017, 4.579/2017, 4.593/2017, 4.594/2017 e 5.051/2017. Aos olhos do **MPC/DF, deliberação terminativa fundamentada no transcurso do tempo ou em falhas na prestação de contas dos recursos repassados não se coaduna com o dever constitucional de prestar contas, com a imprescritibilidade das ações de ressarcimento e com os princípios da supremacia e indisponibilidade do interesse público.**

46. Do mesmo modo, eventual dificuldade material no processamento da TCE não pode supedanear, por si só, decisão terminativa, **sendo cogente o julgamento do mérito das presentes contas**, levando em conta as hipóteses estabelecidas no art. 17 da LC nº 1/1994, em obediência ao mister constitucional estabelecido no art. 71, II, da CF/1988.

47. A necessidade de prolação de decisão definitiva também encontra guarida no novo CPC/2015, que é aplicável subsidiariamente aos processos desta e. **Corte de Contas**, tendo em vista a instituição do postulado da **primazia da decisão de mérito**, segundo o qual a função jurisdicional deve ser orientada pela **atividade satisfativa dos direitos discutidos**.

48. Com efeito, a existência de dados suficientes para formar convicção acerca da irregularidade do ajuste firmado, inclusive com identificação precisa de falhas no acompanhamento do contrato e nos pagamentos efetuados, **invocam o julgamento de mérito das contas**.

49. Por conseguinte, anuir com a sugestão de trancamento das contas, mesmo diante da farta documentação que se aproveita ao feito em exame, além de incompatível com as hipóteses de julgamento estabelecidas no art. 17 da LC nº 1/1994, malfere o dever constitucional de julgar contas atribuído a esta e. **Corte de Contas**.

50. Nesse diapasão, **mister se faz a apreciação dos possíveis efeitos do não comparecimento dos responsáveis citados e da defesa apresentada**, não podendo o c. **Plenário** simplesmente estender os efeitos de uma determinada deliberação sem avaliação



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

pormenorizada das condutas perpetradas pelos responsáveis. Essa postura não parece consentânea com o dever de motivar os atos administrativos, ante a inclusão desse múnus no elemento forma dos atos, que é de natureza vinculada.

51. Igualmente, por aplicação analógica, destaca-se que a fundamentação das decisões representa elemento de validade dos pronunciamentos dos órgãos jurisdicionais, nos termos do art. 93, IX, da CF/1988 e do art. 11 do CPC.

52. O requisito indicado, como consectário lógico da **segurança jurídica**, também deve ser observado nos pronunciamentos desta e. **Corte de Contas**, sendo imperiosa, por conseguinte, a indicação precisa dos elementos de convicção que autorizam replicar precedentes exarados pelo e. **TCDF**, que devem ser identificados mediante o cotejo dos documentos presentes nos autos em exame, inclusive das defesas apresentadas, a teor do art. 489, V, do CPC.

53. No modo de ver do **Parquet** de Contas, a tese da impossibilidade material de quantificar o dano sem a adoção de qualquer medida adicional pelo e. **TCDF não merece prosperar**, visto que na espécie é **notório o descumprimento do dever de prestar contas**, ante o indubitável descumprimento da legislação de regência.

54. Assim, repito, no sentir deste **MPC/DF**, a matéria fática apresentada nestes autos **não se subsume** à hipótese estabelecida no art. 21 da LC nº 1/1994, mormente em razão da impossibilidade material de julgamento das contas, **caso ocorrida** no caso em exame, ser **consectário da inobservância do dever de prestar contas dos recursos repassados em razão do Contrato de Gestão nº 1/2005**.

55. Ante o exposto, este Representante Ministerial, lamentando dissentar do posicionamento expendido da Unidade Técnica, sugere ao e. **Plenário** que:

- I. considere inaplicável ao presente feito as diretrizes consignadas nas **Decisões n.ºs 2.537/2017, 2.830/2017, 2.831/2017, 4.579/2017, 4.593/2017, 4.594/2017 e 5.051/2017**;
- II. nos termos do art. 13, § 3º, da LC nº 1/1994, considere **revéis** para todos os efeitos os Srs. Adilson Waldemar Raposo Junior, Benjamim Segismundo de Jesus Roriz, Dirlene Fiel dos Santos de Souza, Edimar Pireneus Cardoso, Emílio Carlos Vitali, José Vital de Araújo Fagundes, Lázaro Severo Rocha e Manoel Pereira Lucena, por não terem atendido a citação determinada na Decisão nº 2.928/2013;
- III. considere, no mérito, **improcedente** a defesa apresentada pelo Sr. João Ignácio Perius;
- IV. **negue provimento** ao pedido de exclusão do rol de responsáveis formulado pelo Sr. Joao Ignácio Périus;
- V. em consequência, nos termos do art. 17, III, **a**, da LC nº 1/1994, julgue **irregulares** as contas dos responsáveis elencados nos itens II e III acima,



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

referentes ao Contrato de Gestão nº 1/2005, celebrado entre a então Secretaria de Estado de Administração de Parques e Unidades de Conservação do Distrito Federal – COMPARQUES e o extinto Instituto Candango de Solidariedade – ICS, em razão da não comprovação da efetiva e regular aplicação dos recursos públicos repassados à conta do referido Contrato;

- VI. cientifique os responsáveis acerca do teor da decisão que vier a ser adotada para que **recolham** o valor do débito solidário a eles imputado, devidamente atualizado.

É o Parecer.

Brasília, 15 de março de 2018.

Demóstenes Tres Albuquerque
Procurador Substituto